

Clipping nº 836

, 22 Julho 2011 - 12:03:52

Jornais a menos de R\$0,36; 1 impulsionam o meio no Brasil

O meio jornal apresentou crescimento médio de 4,2% na circulação no Brasil, comparando o primeiro semestre de 2011 e o mesmo período do ano passado. A constatação é do Instituto Verificador de Circulação (IVC), órgão responsável pela auditoria de jornais e revistas no País. O aumento foi impulsionado em maior escala pelo crescimento nas vendas de publicações com preço de capa até 99 centavos, que avançou 12,9%. Consequentemente, o volume de vendas avulsas teve maior expansão, alcançando 5,1% em relação ao incremento de 3,2% nas assinaturas. A média diária de circulação brasileira nos primeiros seis meses deste ano é de 4.435.581 exemplares, novo recorde histórico para a auditoria da entidade. O levantamento engloba toda a circulação paga auditada pelo Instituto. Segundo o presidente executivo do IVC, Pedro Martins Silva, os jornais com preços mais acessíveis têm a distribuição concentrada na venda avulsa, justificando o destaque de ambas as vertentes. Com relação ao crescimento na circulação, o executivo credita os números positivos ao bom momento econômico do País. "O aumento da renda da população alavancou o crescimento mais vigoroso nos títulos populares. Em 2010, o meio se recuperou dos efeitos da crise econômica mundial de 2009 e o primeiro semestre deste ano solidifica o movimento de ascensão dos jornais brasileiros", enfatiza Silva. AdNews

Dois milhões de brasileiros extremamente pobres ainda estão fora da rede pública de assistência social

Brasília - Dois milhões de pessoas ainda não são atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas). O levantamento foi feito para o Programa Brasil sem Miséria, lançado no início de junho pela presidenta Dilma Rousseff. A informação foi dada hoje (21), durante a apresentação do Censo do Suas 2010, pela secretária de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Denise Colin.

Das 16 milhões de pessoas em extrema pobreza, imagina-se que entre 1,5 milhão e 2 milhões precisam de um acompanhamento mais sistemático. É uma estimativa, porque a busca ativa é que vai nos dar essa informação, disse a secretária.

Denise disse ainda que, hoje, o Suas atende a 61 milhões de pessoas, sendo que 2 milhões de famílias são acompanhadas sistematicamente. Segundo o Censo do Suas, em 2010 haviam 6,8 mil centros de Referência de Assistência Social (Cras) em 4,7 mil municípios e 1,5 mil centros de Referência Especializados de Assistência Social (Cres) em 1,4 mil municípios. Segundo a secretária, 129 municípios ainda não contam com a principal unidade de atendimento do Suas, que são os Cras. Destes, 25 ainda não aderiram ao sistema único. São municípios com baixa capacidade de gestão, com dificuldade de atender aos pré-requisitos [necessários à adesão ao Suas], que não organizam um órgão gestor, ter um financiamento público e recursos próprios também, explicou.

Entre os desafios para os próximos anos, a secretária aponta a necessidade de avançar sobre os locais ainda não integrados à rede pública de assistência. Nosso próximo passo é garantir a cobertura de atendimento. Temos que ter um número de unidades proporcional à demanda para o atendimento. Na Região Norte, por exemplo, estamos adquirindo embarcações para que essas unidades sejam volantes e possam chegar à população ribeirinha. Outro passo é a qualificação dos serviços,

aprimorando o corpo técnico."

A secretária de Desenvolvimento Social do município de Cruz Alta (RS) e presidente do Colegiado de Secretários de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, Gicélia Carvalho, disse que o maior problema no estado, onde está a parte dos municípios que não têm unidades de atendimento do Suas, é a falta de compromisso dos gestores. Faltam atenção e empenho dos gestores. Alguns gestores ainda pensam que fazer assistência social é dar um prato de sopa e promover campanha do agasalho. Agência Brasil

Garibaldi diz que Previdência tem que ser compensada por desoneração da folha de pagamento

Brasília O ministro Garibaldi Alves Filho voltou a defender hoje (21) que a proposta de desoneração da folha de pagamento não prejudique as contas da Previdência Social e que o governo garanta uma compensação para a perda de arrecadação no setor. A desoneração é uma demanda das empresas, que pedem redução dos custos trabalhistas.

Ainda não temos uma conclusão final do entendimento entre os ministros da Fazenda e o da Previdência. Há uma preocupação de nossa parte para que não tenhamos problemas com relação à sustentabilidade do sistema", disse o ministro da Previdência Social. "Ontem (20) estivemos com a presidenta Dilma Rousseff, que também se mostrou muito atenta para isso, e estamos confiantes de que a Previdência não ficará no prejuízo.

A principal proposta em negociação é a desoneração completa, com o fim da tributação de 20% sobre as folhas de pagamento e a substituição por outro tributo, que seria calculado diretamente sobre o faturamento das empresas.

Essa proposta está sendo objeto de estudo, não há conclusão final, mas me parece que ela pode ensejar esse entendimento. Essa formatação não poderá não ser a ideal, embora possa atender aos interesses da Previdência. Mas não há a proposta ideal, o ideal seria não desonerar, afirmou o ministro.

Segundo Garibaldi, a decisão do governo não será tomada de maneira apressada, e a desoneração não deverá ser feita de forma gradativa, até chegar a zero.

Ontem (20), o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, disse que a desoneração da folha de pagamento não deverá estar no texto da política industrial, que será anunciada no dia 2 de setembro. Agência Brasil

Ipea aponta alimentos, bebidas e serviços como responsáveis pela alta da inflação nos últimos anos

Brasília Os preços dos alimentos, bebidas e serviços foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos anos, sempre acima da meta estabelecida pelo governo, segundo informou hoje (21) o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Desde 2005, o centro da meta anual de inflação é 4,5%, balizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), podendo variar dois pontos percentuais.

A análise do Ipea sobre o comportamento da inflação está no comunicado A Dinâmica da Inflação Brasileira:

Considerações a partir da Desagregação do IPCA, divulgado hoje. De acordo com os técnicos do instituto, a decomposição da variação do IPCA mostra, desde 2007, uma estrutura bem definida onde o aumento dos preços de alimentos, bebidas e serviços foram os mais destacados.

Em contrapartida, os preços administrados por contrato ou monitorados pelo Poder Público (combustíveis, energia elétrica, telefonia, educação, água, saneamento, transporte público e outros) tiveram reajustes menores no período e contribuíram com a redução da inflação. Os preços dos produtos industrializados também tiveram correções abaixo do centro da meta, aliviando as pressões inflacionárias dos alimentos, bebidas e serviços.

O comunicado do Ipea cita que o aquecimento do mercado interno, com as políticas de redistribuição de renda, combate à pobreza e expansão do crédito também teve implicações sobre a inflação. Isso é detectado especificamente no agrupamento de serviços, cujos preços são sensíveis ao salário mínimo e à redução do desemprego, e os

reajustes salariais têm sido superiores ao centro da meta de inflação.

A pressão inflacionária dos serviços se tornou mais intensa a partir de 2008, de acordo com o Ipea, e se manteve em alta mesmo em 2009, ano de recessão. Os índices de pressão dos preços dos serviços ficaram mais patentes em 2010, em razão do aquecimento excessivo da economia, como afirma o comunicado do Ipea.

Esse aquecimento é salutar, porém, sobre os preços de setores em que há economia de escala. Caso dos produtos industrializados, sobre os quais a expansão da demanda e do crédito ao consumo propiciou ganhos de produtividade no setor de bens de consumo duráveis, especialmente na indústria automobilística. O Ipea lembra, porém, que esses preços foram contidos também por causa da valorização do real em relação ao dólar.

A análise dos efeitos da alta dos preços externos de commodities (produtos básicos com cotação internacional, principalmente agrícolas e minerais) sobre a inflação doméstica é mais complexa, segundo o comunicado do Ipea. Em especial por se tratar, no nosso caso, de um país exportador de tais produtos.

Os técnicos acham que é necessário separar os efeitos diretos sobre os preços de alimentos dos efeitos indiretos causados pela apreciação do câmbio. O Ipea constatou que, desde 2007, houve repasse intenso dos preços internacionais para os preços internos dos alimentos. Agência Brasil

Mensalidades das universidades voltam a subir depois de dez anos

SÃO PAULO Depois de 10 anos de sucessivas quedas, os preços das mensalidades das universidades privadas voltam a subir no País. De acordo com a consultoria especializada em educação Hoper, a pressão por qualidade tem sido decisiva para o aumento das mensalidades.

Para o consultor da Hoper, Romário Davel, os maiores reajustes devem acontecer na virada do ano, e não de um semestre para o outro, mesmo assim não são nada muito expressivos. É esperado um reajuste que não ultrapasse 3%, explica.

Mensalidades

Em 2000, o preço médio das mensalidades era de R\$ 665,15, enquanto em 2010 o valor era de R\$ 481,77, queda de 27,6% em dez anos. Neste ano, por sua vez, as mensalidades passaram para R\$ 500,11, o que representa um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior.

A maior queda nas mensalidades foi registrada entre os anos 2009 e 2010, com redução de 5,72%, de R\$ 511 para R\$ 481,77.

Já o menor índice de queda foi observado entre 2008 (R\$ 517,59) e 2009 (R\$ 511), quando a redução foi de 1,27%.

Cursos

De acordo com Davel, os reajustes podem variar de acordo com o curso, por exemplo. O curso de administração teve queda de 2%, enquanto Medicina sofreu um reajuste acima da média, de 15%, além dos cursos relacionados à arte, que também costumam sofrer aumentos fora da média, explica.

A média de reajuste, de acordo com o consultor, é de 8%, mas pode variar de 2% a 20%, de acordo com o curso e a instituição.

Cenário atual

Segundo o consultor, as universidades estão estranguladas, principalmente com as exigências mais rígidas do Ministério da Educação, afirma.

Para Davel, a grande competitividade entre as instituições de ensino resultou nos baixos preços, porém, com a intensa exigência do Ministério da Educação por qualidade, as universidades tiveram de começar a repassar os custos para os alunos. Muitas instituições chegaram ao seu limite, tanto que algumas foram fechadas, vendidas ou reestruturadas, completa. Infomoney

Jorge Caetano Fermino